ANTI CAPITALISTA

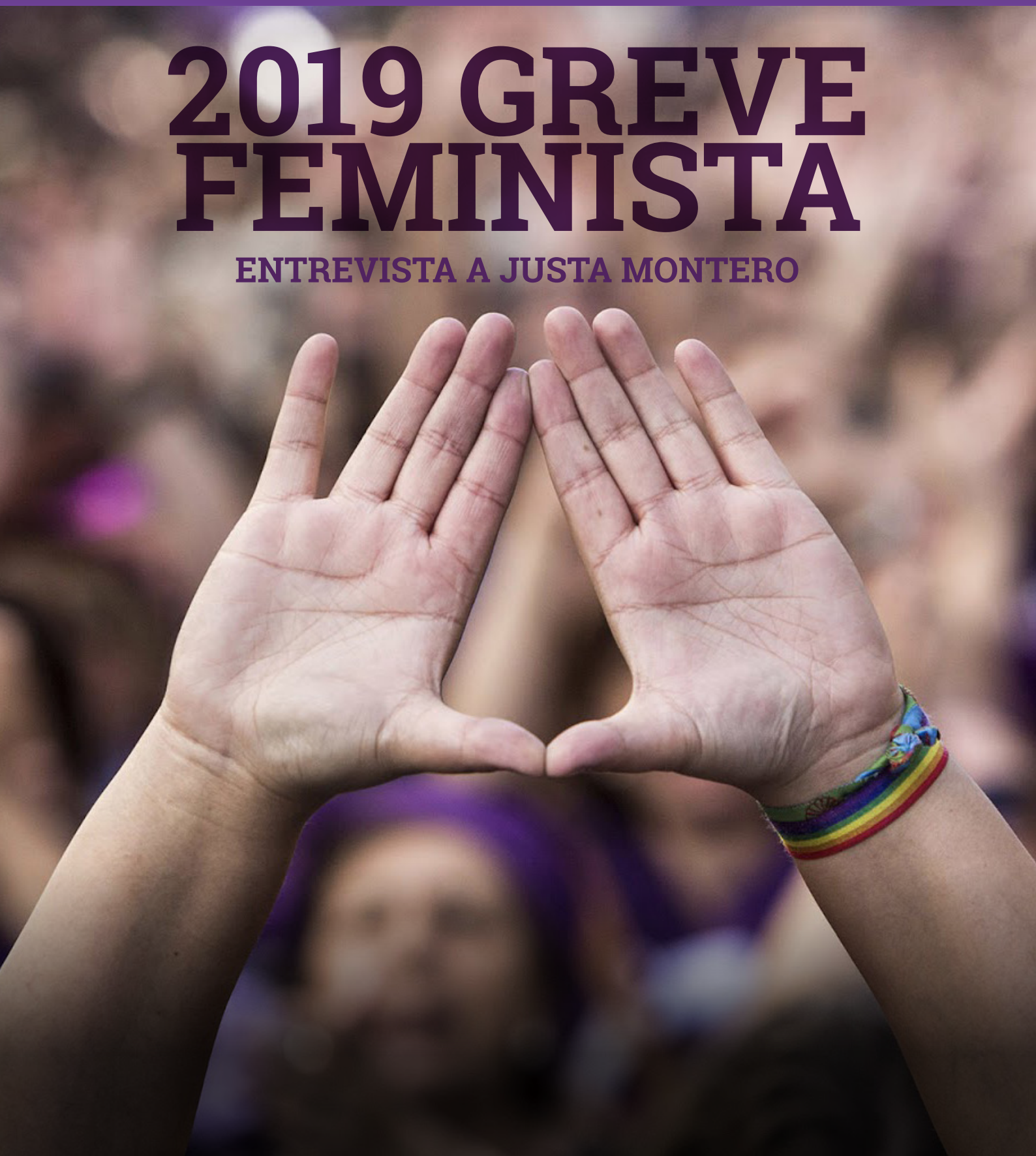
N.º 13 (SÉRIE II) – JANEIRO 2019

HABITAÇÃO E NEOLIBERALISMO P.03

EXTREMA-DIREITA P.06

2019 GREVE FEMINISTA

ENTREVISTA A JUSTA MONTERO



EDITORIAL

CÁ ESTAMOS, SEM MEDO!

O ano 2018 termina com forte agitação social em Paris, onde os célebres *coletes amarelos* se tornaram expressão da contestação ao autoritarismo neoliberal de Macron, e com a pálida tentativa de canibalização desse movimento em Portugal, com notório contributo e envolvimento de grupos antidemocráticos e extremistas de direita. Mesmo que a grotesca imitação portuguesa se tenha traduzido num rotundo fracasso, pudemos assistir ao balão de ensaio do surgimento político da extrema-direita. Pudemos também perceber que uma parte muito significativa da comunicação social deseja ardentemente que esta realidade possa ser possível em Portugal, ao ponto de a fabricar. Mesmo perante a ausência de facto político, noticiou-se o vazio, deu-se alento e cumplicidade a uma encenação, inclusive com o apoio público da líder do CDS-PP, única dirigente de um partido com representação parlamentar a manifestar apoio expresso ao circo instalado.

Este panorama de final de ano demonstra, na sua dinâmica contraditória, o desafio real em dar corpo e consistência a uma contestação popular que existe, com expressão e com razão, nas cada vez mais precarizadas realidades europeias e mundiais, não deixando o descontentamento cair nos desmandos do populismo antidemocrático.

2019 é ano de Greve Feminista. A 8 de março, o movimento feminista desafia todas as mulheres a aderirem à Greve Feminista Internacional, construída sob quatro eixos principais: greve ao trabalho assalariado, greve ao trabalho doméstico e à prestação de cuidados, greve ao consumo e greve estudantil. A proposta é a de visibilizar a desigualdade estrutural que o capitalismo engendra e da qual se alimenta e mostrar que a sociedade só "pula e avança" porque vive pendurada na opressão e na exploração das mulheres. Visibilizar para mudar, para tornar a agenda feminista uma prioridade política.

Em maio de 2019, são as eleições Europeias. A Europa dos povos colide de forma evidente com a Europa financeira e das instituições. O conflito é visível e latente, quando o colapso do otimismo europeísta se concretiza no trabalho inexistente ou precário, na vulnerabilidade das regras democráticas aos desmandos dos interesses do capital, na especulação sobreposta aos direitos, no lucro e na acumulação como prioridade sobre vidas concretas e sobre o próprio equilíbrio ambiental. Hoje, é notória a urgência de uma alternativa anticapitalista afirmada no plano de uma democracia radical.

Já a começar o ano, em janeiro, sob o mote *Vencer os Medos*, organizamos a III Conferência da Rede Anticapitalista. Juntar forças contra o medo é precisamente um dos imperativos a enfrentar, nas ruas como nas instituições, de forma a destronar o instrumento principal de quem se bate contra a democracia: o medo. É o medo da precariedade, do desemprego, da precarização galopante das condições de vida, como é o medo da diferença, da diversidade e da disputa que nutre a eficácia do ódio, que permite e alimenta as relações da opressão e exploração, que sustenta a mediocridade e o autoritarismo que têm conquistando terreno e poder pelo mundo fora. Combater o medo é dar força e sustentação às lutas sociais nas suas mais diversas formas e urgências, levando a reivindicação de direitos a algo mais do que mera proclamação discursiva. Combater o medo é organizar e nutrir a ação por justiça climática, pelo direito à habitação, pelo salário justo e pela política como campo de afirmação de uma vida plena e emancipada. Combater o medo é reforçar as lutas feministas, caminhando para a Greve de 8 de março, reconhecendo e participando nesse que tem sido o movimento global capaz de responder ao avanço do conservadorismo. Combater o medo é sustentar e apoiar as vitórias alcançadas pelo Bloco de Esquerda no plano parlamentar, contribuindo para o reforço do seu apoio popular e para a intensificação de uma democracia que não se esgota no parlamento, mas que não abdica nem subestima responsabilidades de representação democrática.

Continuaremos na luta contra o medo, construindo políticas de ousadia, de confrontação e de afirmação democrática. Os desafios do próximo ano, neste sentido, nunca serão apenas desafios eleitorais. Trata-se, como sempre, de afirmarmos o nosso direito a construir efetivamente um futuro de todos e de todas, sem contaminação do ódio como discurso, como lei ou como sistema. A luta anticapitalista nutre-se de avanços. Cá estamos, sem medo.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Cá estamos, sem medo!

3 **Habitação**
A dialéctica do absurdo: breve digressão pela metrópole neoliberal

4-5 **Movimento social**
8M Greve Feminista Internacional

6 **Internacional**
Manual para antifascistas emocionais

7 **7 Internacional**
França: A revolta dos coletes amarelos. O vulcão popular voltou!

8 **Acontece**
Vencer os medos! III Conferência da Rede Anticapitalista
Resistência antirracista e antifascista

8 **Leituras**
Red Rosa, Kate Evans
Tantas Palavras, Chico Buarque

8 **Escutas**
Joe Strummer 001

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Adriano Campos
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Justa Montero
Pedro Levi Bismarck
Rita Gorgulho
Tatiana Moutinho

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/redeanticapitalista
web **www.redeanticapitalista.net**

A DIALÉCTICA DO ABSURDO: BREVE DIGRESSÃO PELA METRÓPOLE NEOLIBERAL

PEDRO LEVI BISMARCK

1 Se *a cidade é o lugar da produção e já não a fábrica*[1], como argumenta Antonio Negri, é porque é aí que estão inscritos os mecanismos fundamentais de exploração e despossessão e porque a cidade é, hoje, verdadeiramente, o campo batalha da luta de classes. Os actuais processos de gentrificação e turistificação, a crise generalizada da habitação e a especulação imobiliária – que não são exclusivos de Lisboa ou Porto –, assinalam de forma brutal o papel da cidade enquanto máquina de exploração e acumulação de capital. Mas evidenciam, igualmente, como as instituições públicas estão não só absorvidas pela lógica de funcionamento do mercado, como absolutamente capturadas pelo ciclo infinito de reprodução de dívida soberana e pelas necessidades permanentes de capital estrangeiro, cujos fluxos *offshore*, simultaneamente, não conseguem controlar ou reter.

2 Há todo um conjunto de factores específicos – crise económica do tecido produtivo das cidades, aposta na economia do turismo, o Novo Regime de Arrendamento Urbano, o programa de Vistos Gold, emergência de plataformas digitais como o *airbnb* – que ajudam a caracterizar a transformação dos centros urbanos de Lisboa e Porto nos últimos anos. No entanto, não estamos (apenas) perante mais uma fase do ciclo permanente de acumulação e crise próprios da cidade capitalista, mas perante um conjunto de transformações violentas que põem fim a todo um modelo de produção de cidade que vingou na Europa, desde o pós-guerra.

Neste sentido, não devemos ver o neoliberalismo apenas como uma expressão particular do capitalismo, assente numa certa perspectiva de funcionamento (e desregulação) dos mercados, mas como a composição política e social de um processo de financeirização da economia, onde a acumulação de capital faz-se fora dos processos produtivos clássicos[2]. Este é um processo que está em curso desde os anos setenta, quando a crise do modelo fordista de produção e a incapacidade crescente em retirar mais-valia do trabalho conduziram ao desenvolvimento dos sistemas financeiros.

Exemplo paradigmático é o caso do *real estate* que vai ser um dos eixos fundamentais da expansão do mercado global de capitais a partir dos anos setenta, testando toda uma nova articulação política entre Estado, finança e corpo social. O capitalismo popular *thatcheriano*, que queria fazer de cada indivíduo um proprietário, não era senão a fórmula que legitimava, através da retórica da casa própria enquanto grande sonho da classe média, a expansão de sistemas financeiros que faziam da habitação um valioso mecanismo de extracção de renda e criavam um consenso alargado em torno da supressão das políticas de habitação públicas.

Ora, se o neoliberalismo assenta, precisamente, no desmantelamento do Estado social não é tanto porque os mercados entregues a si próprios são o mecanismo óptimo de desenvolvimento – como dizem os seus defensores –, mas porque o neoliberalismo é uma máquina de exploração e despossessão cuja função é assegurar a expansão da finança, disseminando e generalizando formas de extracção de renda e dívida: através da privatização dos serviços públicos, da individualização dos sistemas de protecção social e da desregulação do mercado imobiliário. Isto significa que já não é apenas na relação capital-trabalho, mas no terreno da própria vida (da reprodução biológica e da produção social) que se joga, hoje, a acumulação de capital (ou melhor, onde se dá a intensificação dos mecanismos de exploração): no terreno da saúde, da educação, da segurança social, da habitação.

3 Estamos, portanto, perante um quadro político, económico e social que desarticula os eixos fundamentais que produziram e estabilizaram o modelo de cidade liberal social-democrata que vingou na Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial. Primeiro, a desarticulação de todo um modelo ligado às políticas keynesianas do Estado social que visavam estabilizar, mas também, dissimular os conflitos e contradições endémicas do capitalismo. Com o neoliberalismo, não só o Estado passa a ser um agente consumado da desigualdade social e espacial, como a reprodução social organizada a partir do Estado deixou de ser um elemento preponderante da definição da escala urbana[3].

Segundo, a desarticulação de um modelo de produção ligado ao fordismo. A expansão dos sistemas financeiros fez da cidade não apenas o lugar das novas formas de produção e trabalho cognitivo, mas uma máquina de multiplicação de capital financeiro, isto é, uma estrutura espacial integrada e organizada que visa operacionalizar e tornar eficientes todos os mecanismos de extracção de valor (através das formas de renda e dos mecanismos da dívida). Apenas neste sentido se pode reconhecer a especificidade dos actuais processos de turistificação, gentrificação e especulação imobiliária: eles são os mecanismos fundamentais de acumulação de capital. Deste ponto de vista, não é apenas a produção do espaço que está nas mãos dos sistemas financeiros –, mas a própria produção do espaço é, aqui, um elemento-chave da reprodutibilidade da finança.

Terceiro, a desarticulação da configuração territorial da cidade e das suas relações de escala. Trata-se não só da crise do Estado-nação em controlar os fluxos desterritorializados de capital, mas de uma escala metropolitana que é definida mais pela correlação global do que nacional. Mas a financeirização do capital[4] marca, ainda, o fim da velha burguesia – vinculada a um território e a uma comunidade – e assinala a emergência de uma nova classe financeira, cujo "poder é totalmente fundado na abstracção total da finança digital"[5]. A finança faz do território uma abstracção virtual e contabilizável. A unidade mínima da sua produção é o algoritmo financeiro.

O facto escandaloso da nova metrópole neoliberal – algo que a crise americana do subprime, em 2007, bem revelou – é que a vida biológica e social dos indivíduos está integrada e directamente indexada, como nunca antes, aos circuitos globais de capital e aos seus ritmos intempestivos e irracionais. E se podemos falar de uma financeirização da cidade, é porque podemos falar da financeirização do sujeito neoliberal. Assim, a precariedade laboral não é um efeito temporário da crise, mas a afirmação plena da crise e da insegurança social como paradigma de mobilização total: através da lógica da auto-exploração do empreendedorismo e da precarização generalizada. Uma máquina absurda ou uma dialéctica do absurdo que subordina a totalidade da vida à forma da sua rentabilidade permanente, ao mesmo tempo que a conduz à sua despossessão generalizada. Na metrópole financeira neoliberal, a vida é o capital e o capital é a vida. A metrópole é o devir finança das formas de vida. *O homem na época da sua reprodutibilidade financeira.*

4 Se, como diz Paul Virilio, "perdendo a cidade, perdemos tudo. Reencontrando a cidade, ter-se-á ganho tudo"[6], não é porque se trata de voltar à cidade que tínhamos – este o equívoco de tantos movimentos sociais –, mas porque o "direito à cidade", como escreve David Harvey, "não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito activo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com as nossas necessidades colectivas"[7]. Um *fazer a cidade diferente que será tanto a profanação dos dispositivos financeiros que capturaram as nossas necessidades colectivas*, como um modo de apropriação do que há de comum-na-cidade, isto é, de produzir o comum da cidade enquanto espaço que se inventa na recusa da sua expropriação e na afirmação de uma forma de vida em estar junto – em co-existência e co-operação.

1. NEGRI, Antonio – "*Metro*polis and Multitude". *From the Factory to the Metropolis*. Cambridge: Polity Press, 2018.
2. Cf. MARAZZI, Christian – *The Violence of Financial Capitalism*. Los Angeles: Semiotext(e), 2011.
3. Cf. BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik – Urbanismo neoliberal. *La ciudad y el imperio de los mercados. El mercado contra la ciudad* / coord. Observatorio Metropolitano de Madrid. Madrid: Traficantes de sueños, 2015, p. 211-244.
4. Assim, não se trata tanto do facto da habitação perder a sua condição de bem social, mas o facto de esta ser, hoje, um poderoso activo financeiro gerido por fundos imobiliários globais que a procuram rentabilizar no jogo infinito da especulação
5. BERARDI, Franco "Bifo" – *The Uprising. On Poetry and Finance*. Los Angeles: Semiotext(e), 2012, p. 31.
6. VIRILIO, Paul – *Cibermundo: A Política do Pior*. Lisboa: Teorema, 2000, p. 56.
7. HARVEY, David – A liberdade da cidade. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 33.

MOVIMENTO SOCIAL

8M GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL

Entrevista a Justa Montero

Está em preparação a Greve Feminista Internacional, um evento global organizado e protagonizado pelo movimento feminista. Andrea Peniche conversou com Justa Montero, ativista feminista e membro da Comissão 8M de Madrid. Em Portugal também haverá Greve. Se quiseres participar no processo da sua construção, procura informação na página de Facebook da Rede 8 de Março e junta-te ao núcleo da localidade onde vives.

O QUE É A GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL? QUEM A CONVOCA?

A Greve Feminista é uma proposta feita pelo movimento feminista internacional, que convoca uma greve de mulheres como forma de protesto e revolta face às situações de precariedade e violência que perpassam as nossas vidas. Tem a sua origem no apelo feito pelas mulheres argentinas contra a brutalidade dos femicídios e das violências machistas, uma resposta ao grito "ni una menos, vivas nos queremos", e que, um ano depois, se estendeu à Polónia como apelo para a luta contra a proibição do direito ao aborto. Estes apelos espalharam-se como pólvora por vários países e, em 2017, a convocatória passou a abranger todo o planeta. O seu âmbito internacional tem a ver com o caráter estrutural dos problemas que enfrentamos, as manifestações de opressão derivadas do capitalismo nesta fase neoliberal e a sua vinculação com o patriarcado, tendo sempre em conta as particularidades de como este se manifesta em cada contexto social, cultural e político. Isto é importante porque temos de partir de um feminismo situado que nos conecte com os processos próprios de cada país.

No Estado Espanhol juntámo-nos à convocatória da Greve Internacional de 2017. Foi essencialmente uma greve simbólica de meia-hora, mas a convocatória traduziu-se numa impressionante manifestação no próprio dia 8.

Além do seu caráter internacional, há um aspeto muito importante a salientar: a Greve Feminista é uma greve social. O feminismo, com este caráter inovador e desafiante, coloca em cima da mesa novas formas de protesto social. O êxito da proposta da Greve Feminista está precisamente em não ser uma greve como as outras, como têm sido tradicionalmente entendidas e levadas à prática: uma forma de paralisar a produção organizada por sindicatos. A Greve Feminista põe no centro a realidade das mulheres, para perceber o significado do conceito "trabalho" – que é diferente de emprego – na vida real. Desta forma, percebemos que as greves tradicionais deixam de fora uma parte do trabalho que executamos. Tudo isto tem a ver com o que se propõe a partir da economia feminista e a impossibilidade de entender os processos de reprodução social dissociados dos da produção. Por isso se convoca uma greve que transcende o sentido tradicional - a greve laboral -, para estendê-la ao âmbito da reprodução social, aos trabalhos invisibilizados dos cuidados e domésticos que as mulheres realizam em casa. Assim, o termo "greve" assume outro significado, um significado relacionado com a realidade de todos os trabalhos que as mulheres realizam.

No Estado Espanhol, além da greve ao trabalho assalariado e ao trabalho doméstico e dos cuidados, convocamos também a greve ao consumo.

Esta Greve é, pois, convocada - nos seus objetivos e conteúdos - e organizada pelo movimento feminista. No entanto, a convocatória da Greve é, na verdade, um enorme processo de mobilização - nos bairros, nas cidades, nas empresas, nas lojas -, um fortíssimo processo de debate social, no qual vão participando e apoiando sindicatos e todo o tipo de movimentos, associações e coletivos.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA GREVE FEMINISTA?

É preciso distinguir entre o que é a proposta da Greve, centrada em quatro eixos – emprego, cuidados, consumo, estudantil – do que são os motivos pelos quais ela é convocada, que são mais amplos.

No processo que nos conduziu à Greve do dia 8 de março, a comissão feminista do 8M elaborou um documento consensualizado no qual se reuniam os temas e pontos em comum no movimento, ou seja, o que somava e não o que nos dividia, como a questão do trabalho sexual ou a formulação de algumas reivindicações específicas. Assim, acordamos as razões pelas quais convocávamos a Greve e as reivindicações que derivavam delas.

Quero deixar claro que isto foi o que originou a convocatória, mas, desde o início, foi entendida como uma proposta aberta, como um documento inacabado. Assim, o processo enormemente participado que se abriu a partir dos bairros, das empresas, das mulheres profissionais da educação, dos meios de comunicação social, de mulheres cristãs de base, para dar alguns exemplos, fez transbordar, ampliar, aprofundar o que era o apelo inicial da Greve. As mulheres apropriaram-se da Greve, teceram redes, os processos de contágio foram acionados e a convocatória da Greve aprofundou-se e alargou-se. Esta é uma das grandes conquistas da convocatória e explica a histórica mobilização do 8M.

Voltando à convocatória, a proposta reuniu as reivindicações em quatro grupos: as violências, os corpos, as fronteiras e a economia. Face aos assassinatos de mulheres, às agressões sexuais, à justiça patriarcal, à inexistência de leis, ou à sua não aplicação, e à violência institucional, as principais reivindicações têm a ver com a exigência de uma vida livre de violências machistas. Falar das reivindicações é falar dos nossos corpos e do nosso direito a decidir, do aborto à maternidade, do reconhecimento de identidades não normativas, da diversidade sexual, de uma educação afetivo-sexual livre de preconceitos sexistas.

A Greve que convocamos também é para denunciar os efeitos das políticas de encerramento das fronteiras, das fronteiras que levantam muros e cavam valas comuns, que legitimam o domínio patriarcal dos recursos e das pessoas, das políticas que não reconhecem como motivos válidos para pedir asilo a violência sexual e de género, o tráfico de mulheres com fins de exploração sexual ou laboral, que encerra as mulheres em Centros de Internamento de Estrangeiros. E convoca-se igualmente para abolir as fronteiras internas do racismo e da xenofobia, que negam direitos e instalam a exclusão e a violência face "às outras" que somos também "nós".

A Greve convoca-se para exigir responsabilidade social em relação ao trabalho dos cuidados, o que implica a corresponsabilidade dos homens e do Estado; para exigir mudanças nas políticas austericidas que conduzem à precarização da vida das mulheres, dos nossos trabalhos e dos nossos projetos; das profundas desigualdades no emprego, da segregação laboral, da discriminação salarial, apontando como a divisão sexual do trabalho conduz também à pobreza e à exclusão das mulheres, que por terem tido períodos sem descontar, porque se dedicaram ao trabalho dos cuidados, hoje têm umas pensões miseráveis. É um apelo para, como se diz no argumentário, conseguir que os trabalhos mais necessários para a sobrevivência e bem-estar das pessoas e sustentabilidade do planeta se situem no centro e substituam aqueles que os destroem, aqueles que são hoje os mais valorizados social e economicamente.

É uma proposta para responder às urgências dos efeitos da crise e uma proposta de mudança social profunda para se poder construir um novo sentido comum às nossas vidas. Uma proposta que fala de outro modo de vida, de outras relações entre homens e mulheres, de um mundo sustentável social e ecologicamente, por isso dispara necessariamente sobre o próprio sistema, o capitalismo e o patriarcado.

É UMA GREVE APENAS PARA MULHERES?

É uma Greve que apela à participação todas as mulheres que trabalham a troco de um salário e as que realizam os trabalhos não remunerados dos cuidados, as que pelas suas condições de trabalho não podem fazê-la, como as empregadas domésticas, e as que trabalham precariamente. Todas as mulheres têm lugar nesta Greve, que é ela própria uma forma criativa de protesto social.

A Greve Feminista convoca todas as mulheres a pararem, esse é o seu poder, porque, ao pararmos, visibilizamos a nossa situação e as lacunas que deixamos quando não fazemos todos os trabalhos e responsabilidades sociais que nos estão atribuídos. É um apelo dirigido às mulheres, no qual, obviamente, os homens têm um importante papel. Em primeiro lugar, respeitando a convocatória e facilitando a greve das mulheres ao trabalho assalariado. Em segundo lugar, porque não poderia haver uma greve de mulheres ao trabalho dos cuidados se os homens não tivessem uma participação ativa. Param as mulheres, mas há pessoas que a toda a hora precisam de ser cuidadas, por isso se coloca a necessidade de os homens assegurarem esses "serviços mínimos" nas casas, mas também nos espaços comunitários, nos "espaços de cuidados" que se organizam nos bairros para cuidar das crianças e facilitar assim que as mulheres, maioritariamente responsáveis pelo seu cuidado, possam fazer a greve. E, evidentemente, os homens são chamados a participar no debate que a convocatória da Greve coloca sobre o seu lugar nessa partilha injusta do trabalho que implica para as mulheres a atual divisão sexual do trabalho.

O ano passado, no plano laboral, teve um impacto enorme a greve de 24 horas feita pelas mulheres dos meios de comunicação social. No dia 8, nenhum noticiário, em nenhum programa de rádio e em nenhum canal de televisão, pública ou privada, estiveram mulheres. Todas estavam em greve e toda a gente percebeu que nada foi igual.

COMO CORRERAM AS COISAS COM OS SINDICATOS O ANO PASSADO? COMO ESTÃO A CORRER ESTE ANO?

A proposta do movimento feminista era de uma Greve laboral de 24 horas. A novidade desta proposta política era que, de alguma forma, ela transtornava o papel dos sindicatos. De acordo com a legislação do Estado Espanhol, uma greve laboral só pode ser solicitada e comunicada ao Ministério do Trabalho pelos sindicatos. É suficiente que a convocatória seja de apenas de um sindicato estatal. E assim foi, legalmente a convocatória de greve de 24 horas foi garantida. Mas a convocatória gerou um debate interno em todos os sindicatos, impulsionado pelas mulheres sindicalistas e feministas que subscreviam a convocatória do movimento feminista, face às resistências das direções sindicais que colocavam problemas. Finalmente, alguns sindicatos convocaram a greve de 24 horas e os dois maiores sindicatos a nível estatal convocaram uma paragem de duas horas. Tudo somou. Este ano a convocatória volta a ser de 24 horas e, à semelhança do ano passado, uma comissão do 8M está em articulação com os sindicatos.

COMO SE FAZ UMA GREVE AO CONSUMO E AOS CUIDADOS?

Fazer greve aos cuidados e ao consumo supõe abrir um debate prévio nas casas que habitamos, nas famílias, nos bairros, nos mercados. É um debate que coloca a vida de todos os dias de pernas para o ar, que põe sobre a mesa a vida quotidiana das mulheres, o trabalho invisível imprescindível para a vida de toda a gente, para que as coisas funcionem em nossas casas, nos nossos bairros e na sociedade, para que as pessoas que dependem de nós sejam cuidadas. E obriga a procurar soluções para a "nossa ausência", obriga a que os homens se envolvam neste trabalho e se organizem de outra forma para cobrirem as tarefas dos cuidados, a que mudem as suas prioridades. Significa organizar redes de apoio familiar que não passem pelo recurso à avó para ir buscar as crianças à escola ou para cuidar das pessoas doentes; significa organizar redes de apoio nos bairros para o resolver da forma mais coletiva, o que nos permite, além do mais, verificar as carências que existem nos serviços públicos, nas creches e jardins de infância, nos centros de dia e de cuidados continuados para pessoas idosas, e a importância de construir outras relações de vizinhança e outros modelos de cidade. É uma proposta para que nesse dia as coisas funcionem de maneira diferente e que esse dia se constitua como o início de uma mudança mais profunda.

AS ESTUDANTES PODEM FAZER GREVE?

Sim, a sua participação é importantíssima. A convocatória da Greve inclui a greve nos institutos e nas universidades. Mas a Greve que não é só estudantil, inclui também as professoras e as trabalhadoras administrativas e da limpeza. A Greve deve ser entendida como um processo que permite também o debate prévio nas aulas, iniciativas de estudantes nas suas escolas, ações para levar a cabo no dia 8…

MANUAL PARA ANTIFASCISTAS EMOCIONAIS

ANTONIO MAESTRE

VOX é a excrescência pátria dos movimentos antiliberais de extrema-direita que há anos se consolidam na Europa. Singular e com as mesmas diferenças e semelhanças dos seus congéneres europeus.

Durante anos, quem se atrevesse a dizer que em Espanha não havia um partido de extrema direita porque já existia o Partido Popular deparava-se com o desprezo de todos os que viviam de o branquear para saltar à jugular do antissistema que se atrevera a mostrar a evidência histórica. Era irrelevante que esse mesmo partido o reconhecesse nos seus documentos internos, que dissesse que para atrair esse eleitorado era preciso instigar um discurso xenófobo, que tomara decisões tal e qual Le Pen ou tivera candidatos como Xavier García Albiol, o qual apelidara os ciganos de pragas. Não era suficiente, porque era preciso consolidar a ideia que Espanha era um país civilizado, no qual a extrema-direita era marginal. Era preciso esconder que esta se tinha metabolizado depois do franquismo, até estar impregnada no partido que nos governara durante anos.

Felizmente agora, ao menos, começa-se a chamar extrema-direita à rotura do PP que resultou no VOX, que ganhou 12 mandatos nas eleições andaluzas. Conseguiu-se que Pablo Casado seja reconhecido como estando confortável com a extrema-direita da internacional de Steve Bannon na Europa e que Albert Rivera, depois de se ter coligado com os negacionistas do holocausto, mesmo tendo erguido a bandeira do antifascismo contra Le Pen para apoiar Macron, está disposto a aceitar o apoio da ramificação espanhola de Marine Le Pen e Matteo Salvini. As cartas estão na mesa. Mas perdemos mais. Muito mais.

A aparição descarnada de um discurso autoritário de extrema direita, que procura fazer recuar direitos historicamente conquistados por grupos de população oprimida, é sempre uma notícia terrível. É-o mais ainda pela capacidade que tem de suscitar, na opinião pública, o surgimento de discursos retrógrados capazes deslocar as suas posições para os partidos da direita tradicional, para tentar evitar a fuga de votos para o partido mais radical e extremista. O escritor Eiríkur Örn Norðdahl, em *Illska: la maldad*, descreve-a de forma precisa: «Quando os partidos populistas começam a consolidar-se, vão enriquecendo o seu vocabulário com empréstimos dos partidos políticos tradicionais. Os seus dirigentes aprendem a falar com moderação (em vez de soltarem insultos), aprendem a portar-se como pessoas e inclusive a entregarem-se nas mãos de estilistas e agentes de publicidade. Mas mantêm as suas convicções inalteráveis, ainda que, no lugar de pretos, digam migrantes. Os partidos tradicionais observam como os extremistas lhes desviam os apoiantes e reagem aproximando-se do fascismo pela outra vertente (e dizem pretos para se referir a migrantes). Dá a sensação de que existe um caos enorme».

O QUE É O VOX?

No campo económico, o VOX não é mais do que o programa do Ciudadanos lido aos gritos e com a veia inchada. Liberalização como panaceia para todos os problemas, extinção dos serviços públicos mediante a redução da carga fiscal até se tornarem insustentáveis. Ultraliberais aguirristas que pelo extremismo podem sempre ir mais além do que os que governam. Redução dos impostos às classes altas, eliminação da progressividade até que se estabeleçam escalões que não consideram o rendimento. Além disso, um sistema de pensões mediante capitalização, semelhante ao idealizado pela Escola de Chicago no Chile, através de José Piñera e Augusto Pinochet, que propõe o pagamento de umas pensões que, na sua maioria, não atingem o salário mínimo chileno de 370 euros. Um sistema de pensões que favorece as grandes empresas e que condena à pobreza as pessoas idosas chilenas. Este é o ideário económico do VOX, ao qual o PP e o Ciudadanos se rendem. Vê-lo-emos quando chegarem a acordos: descidas sistemáticas de impostos que arruínem os serviços públicos imprescindíveis à vida da classe trabalhadora. [continua online]

FRANÇA: A REVOLTA DOS COLETES AMARELOS. O VULCÃO POPULAR VOLTOU!

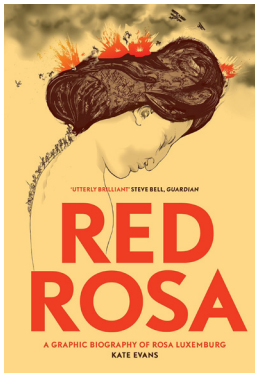
PAUL ELEK

Após anos de atividade subterrânea profunda, o vulcão francês entrou outra vez em erupção. A 1 de dezembro, o mundo descobriu quão profunda é a atual crise social em França: após um longo dia de confrontos que se espalharam pelos mais elegantes bairros de Paris, a comunicação social e o governo franceses finalmente percebiam a extensão do movimento social que havia começado umas semanas antes. Neste artigo darei nota de algumas informações-chave para melhor se compreender a sublevação dos «coletes amarelos» (gilets jaunes).

A febre amarela espalhou-se pelo país antes mesmo que alguém tivesse tido tempo de se aperceber. Ainda que inúmeros atores políticos clamassem constantemente que a fratura social em França estava à beira da explosão social, nem sindicatos nem partidos políticos poderão negar não se terem apercebido do que aí vinha! Este movimento começou com um apelo para que fossem colocados coletes amarelos nos *tabliers* dos carros como forma de **protesto conta o aumento do imposto sobre os combustíveis** como forma de subsidiar o investimento em energias renováveis. **No entanto, apenas 7 mil milhões de euros** (20,5%) da receita prevista para este imposto seriam diretamente investidos. Em outubro, surgem vários vídeos nas redes sociais a apelar à mobilização, impulsionando os movimentos sociais. Um mês depois, uma petição reclamando uma política ecológica «não punitiva» e a retirada/remoção do imposto angariou milhões de assinaturas em apenas uma semana. Estes apelos a uma mobilização «cidadã» e «apolítica» encontrou eco nas classes populares, a atividade nas redes sociais atingiu um pico e, rapidamente, a proposta de uma manifestação para o dia 17 de novembro foi consensualizada entre grupos de Facebook. De início, o assunto político foi entendido como uma revolta contra os impostos, a recusa em pagar mais. A esquerda tinha grande desconfiança face a esta exigência, qualificada por alguns como de «**poujadista**» e, por outros, temida como sendo «fascista» ou «uma iniciativa da extrema-direita». Desafiando toda a cobertura mediática e discurso político, os promotores do movimento apelaram a uma mobilização para além dos «partidos políticos e sindicatos». A 17 de novembro, enquanto decorriam algumas manifestações, numerosas rotundas, autoestradas, estradas e até zonas comerciais foram bloqueadas e ocupadas (atualmente, toda a atividade comercial das cidades periféricas e zonas rurais está concentrada na periferia das cidades e vilas, sendo sobretudo acessíveis de carro). Esta mobilização envolveu a auto-organização de 300 a 400 mil pessoas, vestindo os famosos «coletes amarelos» – os coletes refletores que, por imposição legal, todas as viaturas são obrigadas a ter.

20 dias depois, o movimento continua forte. Diariamente as pessoas continuam a ocupar rotundas, com marchas lentas nas autoestradas e estradas, e a bloquear o acesso às zonas comerciais das periferias. No entanto, o movimento passara de uma exigência antifiscal para exigências sociais mais profundas. Na segunda semana, a 24 de novembro, uma manifestação nos Campos Elísios resultou num desastre para o governo. Estes últimos anos têm-se caracterizado pela recorrente e frequente repressão e violência policiais. Desta vez, as pessoas organizaram-se em barricadas na mais famosa avenida francesa. Os confrontos com a polícia duraram todo o dia, tendo-se concentrado nos Campos Elísios. Enquanto a comunicação social e o governo foram incansáveis na tentativa de acusar «grupos de extrema-direita» e «profissionais da desordem» pelos confrontos, de modo a desacreditar o movimento, o apoio da opinião pública consolidou-se e cresceu. Quanto mais o governo se recusava a escutar as reivindicações populares, mais o movimento se deslocava no sentido de uma sublevação popular contra «o elevado custo de vida» e a «injustiça social das políticas do governo». De facto, as políticas que o governo tem vindo a implementar ripostavam agora, sendo a mais emblemática de entre elas a diminuição do ISF (imposto sobre as fortunas), que teve como resultado que as 100 pessoas mais ricas do país receberam o equivalente a um milhão de euros, em virtude desta redução do imposto. Quem vive nas zonas rurais e nas periferias urbanas – e, portanto, é obrigada a utilizar viatura própria para ir trabalhar ou para qualquer outra atividade social – recusou-se a ter de fazer um esforço suplementar e pagar isto, enquanto os privilegiados são poupados pelas medidas antissociais do presidente Macron, atualmente conhecido como «o presidente dos ricos». A esquerda tinha já avisado que anos de austeridade e de compressão salarial conduziriam à erupção da «França profunda», a França dos 8.5 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza, dos trabalhadores de salário mínimo (1187 euros). No entanto, é interessante notar a profunda heterogeneidade das pessoas envolvidas. Um estudo que está a ser realizado no *Espaces Marx* chegou à conclusão preliminar que entre as pessoas que se mobilizaram estão abstencionistas, pessoas que votaram na Frente Nacional, bem como apoiantes da França Insubmissa. Por agora, o envolvimento dos apoiantes de Le Pen não parece influenciar o percurso do movimento que tem a sua raiz no amplo envolvimento das classes populares, trabalhadores pobres e precários, assim como de inúmeras pessoas idosas a viver com pensões miseráveis. O consenso político existente é, no entanto, a recusa de qualquer exploração política da sua raiva, quer por parte de sindicatos, quer por parte de partidos políticos.

LEITURAS



RED ROSA. A GRAPHIC BIOGRAPHY OF ROSA LUXEMBURG
Kate Evans
224 páginas | 2015
Verso Books
PVP: ± 14 Euros

A vida da extraordinária Rosa Luxemburgo (1871-1919) retratada numa novela gráfica, a qual, através da representação ficcional de eventos factuais, dá a conhecer um pouco da vida pública e privada desta figura ímpar do marxismo revolucionário e crítico. O livro revisita acontecimentos e momentos políticos determinantes na vida de Rosa Luxemburgo, mas também aspetos mais íntimos e pessoais – da amizade com Clara Zetkin à gata Mimi –, assim como as suas contradições. Do seu nascimento e infância passada no seio de uma família judia polaca à escrita de um poema satírico sobre o *kaiser* alemão quando este visitava à Polónia, do seu envolvimento e participação na agitação revolucionária pré-Guerra – que a conduzem, pela primeira vez, à prisão em Varsóvia (1906) – à sua denúncia e oposição à Guerra – sendo considerada, pelo governo alemão, uma ameaça –, da sua militância no SPD e da fundação da Liga Espartaquista ao seu assassinato em 1919, o livro permite-nos conhecer uma mulher profundamente comprometida com as lutas políticas e sociais do seu tempo e vislumbrar a grandeza da tarefa que foi fazer-se ouvir num tempo ainda tão hostil à presença e à participação política das mulheres. AP

TANTAS PALAVRAS
Chico Buarque
496 páginas | 2018
Companhia das Letras
PVP: ± 23.90 Euros

"Tem mais Samba", de 1964, é o ponto de partida deste livro, que reúne quase todas as letras – mais de 300 – das canções de Chico Buarque. A única letra ausente desta antologia, por os detentores dos direitos autorais não terem autorizado a sua inclusão, é a da "Sonho impossível", uma versão feita em 1972 a partir da canção norte-americana "The impossible dream", de Joe Darion e Mitch Leigh. O livro apresenta também um texto biográfico, da autoria do jornalista Humberto Werneck, que traça o contexto e conta as histórias que deram forma aos poemas, e inclui excertos de entrevistas não só com Chico Buarque, mas também com Tom Jobim, Edu Lobo, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Além das histórias e dos poemas das canções, o livro inclui a discografia do autor, assim como um conjunto de fotografias que retratam o seu percurso pessoal e público. AP

MÚSICA

JOE STRUMMER 001
2CD | 2018 | Ignition Records | ± 17.90 Euros

Esta compilação, com 32 faixas compostas ou interpretadas pelo icónico Joe Strummer (1952-2002), reúne - ou edita pela primeira vez - temas gravados a solo pelo vocalista dos Clash, antes e depois da formação e desintegração da banda. Ao longo da era Thatcher e para além dela, a música socialmente atenta de Strummer contribuiu para politizar a revolta social, fortalecendo movimentos antirracistas e visibilizando questões políticas e sociais ignoradas pelos *media* conservadores. Simultaneamente, Strummer e companhia redefiniram os lugares comuns associados ao movimento punk e à contracultura, num ecletismo e virtuosismo musical bastante evidente nesta compilação. Antes dos Clash, fundamentalmente com os 101'ers (banda batizada a partir do endereço da casa ocupada onde os elementos da banda viviam), ou depois dos Clash, tanto com os Mescaleros como em colaborações mais pontuais, o percurso musical de Strummer confirma este ecletismo e mantém um padrão de empenhamento social. Não se estranha ouvir uma versão de "La Quinta Brigada" (renomeada "15th Brigade"), da irlandesa "Minstrel Boy" ou da clássica "Redemption Song", esta cantada com Johnny Cash. Temos, além disso, acesso a temas dispersos e difíceis de encontrar, como contributos de Strummer para bandas sonoras de filmes ou versões alternativas e remasterizadas de canções a solo. Criteriosamente selecionadas e com elevada qualidade, as faixas contidas nesta compilação celebram a arte e a personalidade de Strummer, revelando a cada acorde uma forma de estar na música e no tempo. A edição de *Joe Strummer 001* não deixará indiferente antigos ou recentes fãs do frontman e agitador musical, cuja arte se perpetua com toda a atualidade e acutilância. HM

ACONTECE

Vencer os Medos
III Conferência da Rede Anticapitalista
19 JANEIRO | LISBOA
A sombra das forças reacionárias e ultraconservadoras cresce em todo o mundo, convocando os movimentos sociais e a esquerda para vencer os medos.

PROGRAMA
10h30 - Soluções para o país, alianças contra o medo
14h30 - Direito à cidade (intervenção autárquica e ativismo local)
16h30 - Ativismos:
o tempo das lutas extraordinárias
20:00 – Jantar + Festa

O fascismo é uma minhoca
Que se infiltra na maçã
Ou vem com botas cardadas
Ou com pezinhos de lã
SG

Organizar, juntar forças... resistir!
Com diferentes modelos de *botas cardadas* e diferentes feitios de *pezinhos de lã*, a *minhoca* tem-se vindo a infiltrar por esse mundo afora e já não há como negá-lo. Mesmo no caso da Europa, a suposta "imunidade ibérica" aos avanços da extrema-direita foi recentemente desafiada (cf. p. 6). E a possibilidade de, em Portugal, darmos de caras com ela ao virar de uma esquina poderá já não ser muito remota. Neste contexto, o recente aparecimento de vários coletivos, como a FIBRA – **Frente de Imigrantes e Estudantes Antifascistas do Porto, o Núcleo Anti-Racista do Porto** ou a **Frente Unitária Antifascista em Braga**, de resistência às investidas racistas, xenófobas, misóginas, homofóbicas e fascistas são fundamentais para enfrentar os perigos que estão à espreita. TM

CONTACTOS

Email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**

www.redeanticapitalista.net